



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo:** Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

**(DES)GOVERNO E PANDEMIA:** a política da morte *versus* o Sistema Único de Saúde

**(ONU)GOBIERNO Y PANDEMIA:** la política de la muerte *versus* el Sistema Único de Salud.

WELLINGTON MONTEIRO FERREIRA <sup>1</sup>

TAYNA PORTILHO DE AQUINO <sup>1</sup>

ALINE PEREIRA ALMEIDA <sup>2</sup>

VIVIAN THAYS SILVA BEZERRA <sup>3</sup>

AMANDA VITÓRIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO <sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é resultado de estudos bibliográficos e documentais referentes a pandemia da Covid-19 no Brasil, a fim de destacar a importância do Sistema Único de Saúde, enquanto uma política pública, gratuita, equânime e de qualidade para todos apesar das adversidades, impostas, especialmente pela atuação do governo brasileiro neste combate. Destaca-se a necessidade em ampliar o debate acerca da consciência sanitária, enquanto um projeto societário, na medida em que a atenção do governo incide sob uma “política da morte”, mostrando seu total descaso com a saúde pública.

**Palavras-chave:** Saúde pública; Pandemia; Governo; SUS; Neoliberalismo.

**RESUMEN:** Este artículo es el resultado de estudios bibliográficos y documentales sobre la pandemia de Covid-19 en Brasil, con el fin de resaltar la importancia del Sistema Único de Salud, como una política pública, gratuita, equitativa y de calidad para todos a pesar de las adversidades, impuesta, especialmente por la actuación del gobierno brasileño en esta lucha. Se destaca la necesidad de ampliar el debate sobre la concienciación en salud, como proyecto de sociedad, en la

---

1 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Pará

2 Estudante de Graduação. Escola De Governo Fiocruz Brasília

3 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Pará

medida en que la atención del gobierno se centra en una "política de muerte", mostrando su total desprecio por la salud pública.

**Palabras llave:** Salud pública; Pandemia; Gobierno; SUS; Neoliberalismo.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a intenção de elucidar como a pandemia da COVID-19 surgiu, seus avanços e impactos no mundo, principalmente no mundo. Entendendo que há a presença do Sistema Único de Saúde (SUS), que vem gerando um papel fundamental para o combate à pandemia da SARS-CoV-2, apesar de ser alvo e da postura do governo federal de invalidação das recomendações apresentadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A pandemia tem mudado drasticamente a dinâmica e vida da população brasileira e mundial, e com ela, nota-se quem são as pessoas mais afetadas em um momento de crise, principalmente com a presença de uma gestão federal com características de governamentalidade necropolítica. Essas constantes disputas políticas, dadas em um momento instável pandêmico e o crescimento do fascismo no Brasil, mostra também o quanto alguns segmentos populacionais reiteram a hegemonia ideológica do capital, posta por Marx em seus estudos.

Desta forma, há uma necessidade essencial da ampliação do debate sobre o quão importante é a defesa do direito à saúde, da consciência sanitária e de classe, para que assim haja uma prática efetiva de solução das demandas oriundas da pandemia da Covid-19, e não somente o pensamento limitado que busca apenas o reerguimento da economia, sem se pensar nas vidas que estão sendo perdidas e contaminadas pelo vírus da SARS-CoV-2.

O artigo pretende apresentar o que foi mencionado acima, bem como, abordar sobre o governo federal brasileiro, o qual possui um trato pueril e tendencioso ao fascismo, em relação ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, limitando seus cidadãos a meros capitais humanos, tendo como objetivo apenas interesses próprios, como interesses financeiros e políticos, sendo estes de manutenção das ideologias neoliberais, isto é, um

governo federal com alternativas capitalistas, que matam, que excluem, que desmontam as políticas públicas com foco unitário na acumulação de mais capital e extração de Mais-valia.

## **2. O COLAPSO DA PANDEMIA COVID-19**

O ano de 2020 teve seu início com grandes acontecimentos, os quais transformaram radicalmente os modos de viver da população mundial. Um deles foi a expansão da pandemia da COVID-19, sendo identificada pela primeira vez na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Segundo a OPAS (Organização Pan-americana da saúde)

“Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19.” (OPAS, 2020)

Com isso, até o momento da escrita deste artigo, muitas outras variantes da Covid-19 surgiram. A Covid-19 avançou rapidamente no mundo todo por conta da constante circulação de pessoas fora de suas casas, e também pela falta de conscientização da população e de alguns dos seus governantes. O vírus da SARS-CoV-2 é algo novo e, apesar de todos os esforços dos profissionais da área da saúde e da comunidade científica mundial, em julho de 2022 já foram contabilizados X óbitos no mundo, e X óbitos no Brasil, havendo apenas uma diminuição dos casos diários no país com a ampla receptibilidade da população com as vacinas da Covid-19. Ressalta-se que atualmente é necessário que as instituições e a sociedade civil reforcem a importância da população tomar as outras doses da vacina contra a Covid-19.

Em 30 de janeiro de 2020 a OMS declara que o surto de Covid-19 constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional, o alerta de nível mais elevado da instituição. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 é caracterizada pela organização como uma pandemia.

Os números foram aumentando a cada dia, vidas humanas foram perdidas e com a ascensão das mortes, o luto permanece principalmente para as famílias dos atingidos, com a atuação do governo federal de Bolsonaro, o qual vem enfrentando essa crise com descaso e falta de empatia. No entanto, alguns países, como a Alemanha, administram melhor os impactos causados pelo coronavírus e assim conseguindo achatá-la a curva de contaminações e mortes.

## **2.1 CORONAVÍRUS, SEUS IMPACTOS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.**

O Brasil encontrou dificuldades na luta contra o novo Coronavírus. Por conta do avanço do neoliberalismo no mundo, tem-se visto discursos contra a ciência e que não incentivam o investimento em áreas como saúde e assistência social.

Na curta história da democracia, as forças conservadoras e reacionárias estiveram em constante ataque à saúde pública e a favor da liquidação dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (FACCHINI, 2020. p. 4).

As pessoas em situação de vulnerabilidade social são as que mais sofrem com os constantes conflitos de interesses políticos, interesses esses que em um momento de pandemia da Covid-19, onde vários países encontram-se em colapso social, econômico e sanitário, deveriam voltar suas atenções em manter sua população viva e com condições dignas de sobrevivência, as protegendo e impedindo a exposição delas ao vírus da SARS-CoV-2.

O avanço da COVID-19 causou e tem causado impactos severos no Brasil e no mundo, principalmente na economia, pois com a sua queda gradativa, famílias vêm sendo afetadas diretamente, as rendas da maioria populacional brasileira diminuíram e, em um momento como esse, se faz de extrema necessidade que o Estado garanta possibilidades de sanar as barreiras econômicas, principalmente das pessoas em situação de vulnerabilidade social. De acordo com os estudos de Barreto e Santos,

Nota-se que, seja para a família paupérrima ou para a grande empresa, num contexto de crise, como este que o mundo atravessa, a presença do Estado se faz essencial para a garantia do bem-estar da população e da economia como um todo. (BARRETO; SANTOS 2020, n.p).

Ademais, é notório que os avanços científicos apontam para respostas urgentes e

eficazes para o enfrentamento da Covid-19, tais como a ampliação da vacinação, ampliação de protocolos de prevenção individuais e coletivos, e de outras possíveis doenças e surtos que podem vir a surgir, a exemplo da *Mokeypox* (nome dado ao que no Brasil é chamado atualmente de Varíola dos Macacos). E uma das principais respostas dadas neste momento, no Brasil, se dá por meio do Ministério da Saúde, o qual

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Este sistema implementado no Brasil vem dando respostas positivas no combate a pandemia da Covid-19, e mesmo que ele seja duramente atacado pelas ideologias neoliberais, ele está garantindo a sobrevivência dos brasileiros que não possuem condições de acesso aos sistemas privados e também daqueles que possuem, visto que os sistemas privados entraram em colapso no ápice da pandemia e a alternativa da população está sendo, mais uma vez, o SUS.

Como cita FACCHINI (2020. p.5) é preciso avançar na elaboração de estimativas de necessidade e de custo de produtos, materiais, equipamentos e recursos para suprir o SUS e atender a população, conforme os padrões de evolução da epidemia no Brasil e as previsões matemáticas e epidemiológicas de sua dinâmica.

A pandemia está revirando concepções e iniciativas de líderes mundiais e nacionais a cada dia. A circulação comunitária do coronavírus e o aumento expressivo de atendimento por problemas respiratórios graves tornou o SUS uma estrela de primeira grandeza no país, reconhecida internacionalmente. (FACCHINI, 2020. p.5)

Assim, nota-se a importância desse sistema na garantia de saúde pública, gratuita e de qualidade para todos, pois ainda que este possua grandes adversidades, principalmente devido aos constantes sucateamentos, falta de incentivo e desmontes das políticas públicas no Brasil, é ele que garante o amplo atendimento à população.

O coronavírus é uma oportunidade histórica de resgatar a centralidade do SUS na política social e da APS no sistema de saúde brasileiro. O forte apoio do Estado e da sociedade brasileira à organização pública da saúde possibilitará ao SUS avançar

significativamente no alcance de seus princípios de Universalidade, Integralidade e Equidade (FACCHINI, 2020. p.9).

É necessário que se pense na importância desse sistema e, no quanto ele está sendo essencial neste período de maior crise sanitária e política que o Brasil está enfrentando, quando muitos fazem de tudo para invalidar e desmontar o SUS, ele mostra juntamente com os seus profissionais que ele é sim uma das maiores e melhores políticas públicas já criadas até os dias atuais.

Ressalta-se que os movimentos sociais e a sociedade civil têm se organizado para impedir a privatização da saúde no Brasil. Como exemplo, encontra-se a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, criada no ano de 2010, e que de acordo com Matos (2014, p. 40), a Frente tem como característica a “incisão política nos espaços formais de luta política [...], a promoção de atos públicos [...] bem como a inserção em manifestações públicas, priorizando também, assim, as atividades de rua”.

Por conseguinte, há um projeto societário neoliberal que coloca em pauta a privatização das instituições públicas, como o SUS. O governo de Bolsonaro claramente tem esse intuito, o que reforça a importância da sociedade civil está organizada para lutar pelo direito à uma saúde pública e de qualidade para todos(as).

### **3. A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO VULNERADA E O (DES)SERVIÇO DO ESTADO**

Diante o exposto, é possível verificar que o coronavírus já têm existência de décadas, contudo, sua forma mais letal veio somente agora com a sua evolução gradual. Com isso, houve a emergência da ausência de contato físico por humanos por motivos de transmissão e contágio, forçando pessoas a mudarem drasticamente suas rotinas e logo, observa-se que a população que mais sente os impactos desse isolamento é a população pobre, negra e vulnerável.

Historicamente, com os processos do êxodo rural, a construção dos espaços periféricos provocados pelos “[...] ciclos de expansão urbana das metrópoles brasileiras, assim como das médias e pequenas cidades aprofundaram na produção do espaço as desigualdades” (MACEDO, ORNELLAS, BOMFIM, 2020, p. 50).

Nesse sentido, a segregação socioespacial provocada por esses processos foi um dos grandes fatores de contaminação por COVID-19, sendo a população exposta ao vírus, agravado pela ausência de uma segurança biológica necessária. A partir disso

“É preciso analisar sobre os processos que envolvem o capital e seus atores, ou seja, ver como a classe trabalhadora, que é a maioria no país, pode ser cerceado o direito de compra, com a perda salarial, desemprego e não recebimento de salários que é proposto pelo Governo Federal?”. (MACEDO, ORNELLAS, BOMFIM, 2020).

A análise sobre as necessidades básicas da população é essencial, principalmente por motivos de inclusão e abordagem de uma população que forma grande parte do país e que tem uma dinâmica espacial própria onde também se ausentam muitos serviços substanciais, como água encanada e saneamento básico. Assim, é primordial “(des)colonizar nossas estratégias associando às ações globais um planejamento de ações emergenciais de saúde coletiva que se adequem às especificidades dessas comunidades” (MACEDO, ORNELLAS, BOMFIM, 2020, p.50).

Na realidade brasileira, em 2020 (ano de “pico” da pandemia) se observou a concessão de um auxílio emergencial no valor de R\$600,00 reais e R\$1.200,00 reais para autônomos(as), desempregados(as) e mulheres chefas de família. No entanto, tal contributo não abarca grande impacto no enfrentamento à doença, contudo, entende-se que é uma forma de contribuir para a renda de muitas pessoas e garantindo a sobrevivência da população que realmente necessita.

É crucial que se possibilitem formas propositivas e positivas para o enfrentamento da Covid-19 e suas consequências para que as propostas não sejam encaminhadas apenas na área da saúde, mas também na educação, comunicação, cultura etc. Com todas as observações apresentadas, não se deve isentar o Estado de suas obrigações como instituição, pois

“O Estado promove um processo que incide nas lutas de classes da seguinte forma: **a)** primeiramente, reduz a conflitividade social criando a imagem do Estado que atende às demandas sociais e constituindo uma “lógica vinculante” (na medida em que se participa na eleição dos representantes no Estado se está comprometido com suas decisões); **b)** assim, tende a deslocar os conflitos de classe da esfera econômica no espaço da produção (onde as lutas de classe conseguem golpear o capital e os fundamentos do capitalismo), para a esfera política no âmbito estatal (institucionalizando o conflito no âmbito do Estado, e estabelecendo as “regras do jogo” para a sua resolução); **c)** em terceiro lugar,

pulverizando e desarticulando as lutas de classes, mediante a lógica de que cada grupo, cada bairro, cada sujeito, deve demandar que o Estado atenda à sua situação específica (perdendo assim o elemento articulador das diversas necessidades fundado na contradição capital-trabalho); **d**) com isso, finalmente, tende-se a criar uma cultura e uma imagem de um Estado “de Bem-Estar-Social” a serviço do povo”. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010. p. 179)

Observa-se que essa forma de trabalho vem se apresentando nos governos estaduais, logo que no poder executivo federal, a sociedade se encontra a mercê de um (des)governo federal que se encontra nas mãos de um gestor que deslegitima políticas públicas e direitos sociais que são frutos de incansáveis lutas sociais. Diante disso, criou-se um imaginário sobre quais são as prioridades a partir do que julga ser mais importante. E quem sofre mais? Neste caso, incide sob o(a) trabalhador(a) que paga por todos esses processos de desmontes das políticas públicas por pura obstinação política.

[...]Esses apoiadores que vão as ruas fazer carreatas são oriundos, provavelmente, dos seguintes segmentos sociais: as elites empresariais, a classe média endividada, os pequenos e médios empreendedores, militares da reserva remunerada saudosos da ditadura, e os chamados ‘pobres de direita’ (SILVA, PIRES, PEREIRA. 2020. p.3)

Essa percepção corrobora com a prática de um governo máximo, tornando a própria existência daqueles que se auto identificam “*classe média*” pela recusa em se reconhecer no lugar da classe trabalhadora, enquanto um subproduto daquilo que Marx (1867) conceitua como alienação, um dos principais pilares no mecanismo de hegemonia ideológica do capital acumulativo. É notória a percepção dos autores referente a este segmento populacional os quais buscam, por uma espécie de “*salvador da pátria*” em que irá erradicar a corrupção. Por meio de uma visão messiânica.

Enquanto alguns corroboram com tais práticas, outros sentem na pele os reflexos negativos da situação. A fim de garantir sua sobrevivência, recorrem à venda de sua força de trabalho, a qual está sentenciada a sofrer com os recorrentes processos de desmontes sociais, acirrados pela alteração radical no cotidiano após a pandemia. Sem perspectivas, alguns arriscam suas vidas, pois é preciso escolher entre a saúde ou a fome.

#### **4. FUTURAS PERSPECTIVAS: A SAÍDA É PELA ESQUERDA**

Pensar a pandemia sob a ótica de uma crise humanitária global, requer um esforço em atrelar a discussão referente ao modo de governança que está posto na sociedade, considerando que, pôs em evidência suas fragilidades e contradições, frente a um cenário

de caos e instabilidade na saúde, bem como nas relações sociais, econômicas, promovendo intenso impacto como fora anteriormente mencionado.

É necessário ampliar o debate acerca da *consciência sanitária*, enquanto um projeto societário, destacado por Paim em seus estudos como “o reconhecimento do direito à saúde por parte dos cidadãos e dos determinantes e condicionantes desse estado vital” (PAIM, 2009. p.122). De acordo com o autor, para o alcance deste entendimento, urge salientar as ações coletivas enquanto necessárias para obtenção deste. Segundo seus escritos

[...]Portanto, se o direito à saúde sofre ameaças diante da contenção dos gastos públicos e de políticas econômicas e sociais que constroem o seu alcance, a consciência *sanitária* significa luta para exercer, garantir e usufruir deste direito. O direito à saúde não é um direito natural que se alcança ao nascer. Não é uma dádiva de qualquer governo. É historicamente construído e conquistado mediante lutas sociais. (PAIM, 2009. p.122).

É indiscutível que tais ameaças estão presentes, na medida em que a propagação da pandemia do novo coronavírus se expandiu, especialmente no Brasil, promovendo um grande colapso no Sistema Único de Saúde, onde seu acesso se dá em âmbito universal, o qual deveria ser mantido pelo Estado por meio das condições necessárias de governabilidade.

Nesse sentido, urge destacar o exercício da soberania política a qual Foucault denominou de “*a arte de governar*”, a qual se dá por meio de uma racionalização da prática de governar. Para ele, “o Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente” (FOUCAULT, 2008. p.6). Desta forma, em um contexto de crise humanitária, é possível perceber o abismo em que separa a prática efetiva para solucionar a problemática e o avanço do colapso na vida cotidiana.

Cada Estado deve se autolimitar em seus próprios objetivos, assegurar sua independência e um certo estado de suas forças que lhe permita nunca estar em situação de inferioridade, seja em relação ao conjunto dos outros países, seja em relação aos seus vizinhos, seja em relação ao mais forte de todos os outros países [...] (FOUCAULT, 2008. p.9).

Apesar dos esforços da sociedade civil, movimentos sociais, e até mesmo da Organização Mundial da Saúde em chamar a atenção do Estado brasileiro para uma alternativa de enfrentamento por meio de prevenção da pandemia, o que se percebe é uma preocupação constante do governo federal com sua posição frente a situação econômica, e

a restauração de um ciclo econômico. Nos estudos de Foucault, é denominado “o *homo oeconomicus*” em que

É aquele que obedece ao seu interesse, é aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente, vai convergir com o interesse dos outros. O *homo oeconomicus* é, do ponto de vista de uma teoria do governo, aquele em que não se deve mexer. Deixa-se o *homo oeconomicus* fazer (FOUCAULT, 2008. p.369).

De acordo com o autor, o *homo oeconomicus* compactua com a realidade a qual se apresenta, agindo assim, sobre as variáveis em que se encontra o meio. Tal justificativa se encontra presente no discurso do governo federal. Não obstante, a instauração da crise econômica possui uma dimensão global, a qual se volta para o modo de governar a sociedade.

Frente o acirramento da crise do neoliberalismo, a partir de um complexo conjunto de diretrizes, as quais estão presentes na governabilidade, os autores Dardot e Laval apontam em seu estudo uma percepção da teoria do *capital humano*, por meio de habilidades as quais propiciem as condições necessárias para obter lucro, ou “uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é um valor que deve valorizar-se cada vez mais” (DARDOT E LAVAL, 2016. p.31).

Ao passo em que o avanço da crise da pandemia impossibilitou a circulação do capital humano, introduz a gestão dos riscos, a qual se materializou por meio do crescimento acelerado de pessoas infectadas e mais ainda, a evolução de óbitos. No Brasil, tais consequências, de proporções assombrosas são reiteradas através de uma criação política reforçada pela atual gestão do governo. De acordo com os autores,

A maneira como os governos reduzem a cobertura socializada com dos gastos com doenças ou aposentadoria, transferindo sua gestão para empresas de seguro privado, fundos comuns e associações mutualistas intimados a funcionar segundo uma lógica individualizada, permite estabelecer que se trata de uma verdadeira estratégia (DARDOT E LAVAL, 2016. p.348).

A estrutura apresentada pelo governo atual desferiu indiferença para com o colapso enfrentado pelos(as) brasileiros(as). Considerando os marcos legais, bem com um sistema de saúde garantido na Constituição, nota-se que o enfrentamento da pandemia expor-se-ia com menos possibilidade de riscos, à medida em que o SUS obtivesse a devida atenção e investimento.

O Governo Bolsonaro, como abordam Silva, Pires e Pereira (2020) seguem os

rumos de uma Necropolítica. Política essa apresentada por Achille Mbembe (2016) como uma política da morte embasada nas noções de biopoder de Foucault como “aquele domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle” MBEMBE (2016, p. 124).

Dessa forma, temos um Estado que prioriza o “homo oeconomicus” em detrimento das inúmeras vidas que foram perdidas em nome da manutenção desse sistema, que na verdade só se apresenta de forma coerente com tudo aquilo que já diz ser: um neoliberalismo profundamente letal.

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.[...] devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano? (MBEMBE, 2016, P. 123-124)

Logo, nota-se todas as digitais de um neoliberalismo letal e da política da morte quando um representante de alto nível estatal declara aqueles que devem e não devem respeitar as medidas de isolamento social da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde de seu governo, de modo a garantir que máquina econômica não quebre e pare de funcionar.

Como apontado anteriormente, a crise que se apresenta na atual conjuntura decorre de um fenômeno de crises cíclicas intrínseco ao processo de acumulação do capital neoliberal. Crise essa que segundo Harvey, “nunca é de fato resolvida, apenas contornada” HARVEY (2011). Ora, acaso tem-se em alguma parte do corpo humano, um tumor maligno, e que adoece e mata, ele deve ser retirado.

Entretanto, em *Enigma do Capital* (2011), Harvey diz ser primordial, primeiramente, seja entendido de que forma esse “Enigma do Capital” pode ser desvendado possibilitando entender, de forma plena, o que é feito e porquê é feito e quem são os sujeitos inseridos nessa realidade, para que assim se possam construir quaisquer alternativas combatentes.

Assim como Marx, Harvey também acredita na luta de classes e que dessa via, virá a real transformação do que temos por concreto na sociedade. Como será possível quando o seu pilar principal advém da individualização das expressões da Questão Social, a sua falsa liberdade permitida a poucos e que muitos nela acreditam cegamente, ainda que não usufruam dela plenamente.

Em um de seus estudos, O Neoliberalismo (2005), Harvey afirma que há uma tendência em acreditar que todas as alternativas necessariamente devem levar diretamente a uma proposição radical de mudança societária, e isso de fato deverá acontecer, entretanto ele também diz que antes disso devem-se elaborar alternativas possíveis e reais para se trabalhar no presente e por etapas.

Ele menciona o trabalho de base ampla e da conexão deste com os movimentos opositores, ressaltando que deve-se "aprofundar a compreensão coletiva das coisas e definir linhas mais adequadas de ação" (Harvey, 2005, p. 212). Quando pensa-se em movimentos opositores e contraideológicos, Silva, et. al (2020) apontam que um dos artifícios que encorpam e dão seguimento a manutenção da hegemonia ideológica do capital se dá através das mais diversas formas de alienação dentro dos moldes estruturais do capitalismo. Eles apontam:

[...] necessário que, no decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social não seja alienada do corpo social e transferida para o capital. Este não pode ter o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, de acordo com o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição (SILVA,et. Al, 2020 p. 6).

Frente o exposto, percorre caminho do vasto projeto de aprofundamento desses mesmos mecanismos iníquos neoliberalistas de individualização, Estado mínimo e privatização, e a privação de direitos básicos à classe trabalhadora. O surto da pandemia da Covid-19 veio para mostrar o total fracasso da gestão da política da saúde pública especialmente a brasileira, (a qual toma formas distintas no cenário mundial, porém não se distinguem das brasileiras em essência) no trato das políticas públicas, feito totalmente proposital e parte de um projeto maior que está a serviço de uma política classista, colonialista, racista e patriarcal.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreende-se a relevância do Sistema Único de Saúde enquanto uma política pública estatal, equânime e universal para os/as brasileiros/as. Nesse sentido, é necessário reafirmar as bandeiras de lutas, dos movimentos sociais, sociedade civil, coletivos e afins, em sua defesa, em um cenário hostil e repleto de tensão frente a crise política e sanitária enfrentada pelo Brasil.

Em meio ao risco à vida tão presente sob o mundo, a conduta manifestada pela atual gestão do governo desferiu ataques e incertezas referentes ao destino do Sistema Único de Saúde. Em menos de um mês, a alteração dos dirigentes do Ministério da Saúde expõe a sua falta de compromisso com a ciência, bem como o respeito para com a sociedade e demonstrando além disso, traços alarmantes de autoritarismo, nacionalismo exacerbado, imposição religiosa, e descaso com tudo o que vem do social. Traços esses já bem familiares nos modos de governos fascistas como o de Benito Mussolini, na Itália.

Nesse sentido, evidencia a expressão da questão social, em sua forma ostensiva, cruel, antiética assim como, na sua antidemocrática tentativa de incutir suas opiniões como certezas absolutas acima do que dizem os profissionais da saúde. As opiniões se divergem, e muitos profissionais alertam sobre os perigos da automedicação e da utilização em massa de um medicamento que pode reagir de formas distintas em diferentes organismos.

A busca de Jair Bolsonaro por centralidade do seu modo de pensamento nos componentes do seu governo, gera um verdadeiro rodízio de ministros, aprofundando a crise política já presente em um momento que não deveriam haver outras preocupações se não, as milhares de vidas ceifadas pela pandemia instaurada.

Ademais, ao passo em que as estatísticas em relação a pandemia avançam, o acirramento das desigualdades sociais são ampliadas em todos os setores, demonstrando mais uma vez que, apesar de um vírus não escolher classe social, a precariedade nas necessidades básicas definitivamente atingem uma parcela muito específica da sociedade, que é a classe trabalhadora. O isolamento social não vai matar ninguém de fome, o que mata, neste caso, é a desigualdade e a injustiça social.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Júlia d'Alge Mont'Alverne; SANTOS, Matheus Teodoro Ramsey. A necessidade da intervenção estatal na economia em tempos de crise. **Revista Consultor**, São Paulo, 2020.

BOTTOMORE, T. *et.al.* **Dicionário do pensamento marxista**. Zahar, Rio de Janeiro, 2012.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1.ed. São Paulo. Boitempo, 2016.

FACCHINI, Luiz Augusto. COVID-19: Nocaute do neoliberalismo? Será possível fortalecer os princípios históricos do SUS e da APS em meio à pandemia? **Revista da rede de pesquisa em atenção primária à saúde**. Vol. 2, n. 1, p. 3-10. Janeiro/Abril – 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2012.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. COVID-19 nas favelas e periferias brasileiras. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. COVID-19 NO BRASIL: o que se espera para população subalternizada? **Revista Encantar**. Bom Jesus da Lapa, 2020.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014.

MATOS, Maurílio Castro. No rastro dos acontecimentos: a política de saúde no Brasil. In: Marco José de Oliveira Duarte; Carla Cristina Lima de Almeida; Giselle Lavinias Monnerat; Rosimary Gonçalves de Souza. (Org.). **Política de Saúde Hoje: Interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais**. 01ed. Campinas: Papel Social, 2014, v. 01, p. 001-342.

MEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista Arte e Ensaios**. N° 32. Rio de Janeiro, 2016.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1 ed. São Paulo. Cortez, 2010.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)>. Acesso em 12/07/2022.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é SUS**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2009.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovani de Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. O necroliberalismo, Bolsonaro 'vírus mental' e a pandemia da COVID-19 como casos de saúde pública: o real existe? **Revista Motrivivência**. Florianópolis, 2020.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: estrutura, princípios e como funciona. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em 12/07/2022.

SOUSA Jr, João Henriques de; RAASCH, Michele; SOARES, João Coelho; RIBEIRO, Letícia Virgínia Henriques Alves de Sousa Ribeiro. De desinformação ao caos: uma análise das Fake News frente à pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil. **Cadernos de Prospecção**. Salvador, 2020.

,

,